

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

----- Aos 28 dias do mês de Dezembro do ano de 2009, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: --

----- **Ponto 1 - Período de Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **Ponto 2 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**-----

----- **Ponto 3 – Aprovar a Suspensão, sob proposta do Executivo, do Regulamento Municipal de Publicidade;**-----

----- **Ponto 4 – Aprovar e emitir, sob proposta do Executivo, a Declaração de Utilidade Pública (DUP) da Expropriação dos Artigos Matriciais Rústicos nºs 4759 e 4758, da Freguesia de Arazedo, destinados ao Pólo Logístico e Industrial de Arazedo (PLIA);**-----

----- **Ponto 5 – Aprovar, sob proposta do Executivo, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho para 2010;**-----

----- **Ponto 6 – Aprovar, sob proposta do Executivo, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010”;** -----

----- **Ponto 7 – Autorizar, sob proposta do Executivo, a Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia para o ano de 2010;**-----

----- **Ponto 8 – Eleição dos Representantes do Município de Montemor-o-Velho para a Assembleia Intermunicipal (AI) da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM);**-----

----- **Ponto 9 – Designação de um Presidente das Juntas de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal de Montemor-o-Velho;**-----

----- **Ponto 10 – Designação de um representante das Juntas de Freguesia para o Núcleo Executivo da Rede Social.**-----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças: Mesa da Assembleia Municipal (MAM): Lídio dos Santos Cristo, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha e Vitor Manuel Monteiro Travassos. -----

----- **Membros:** Ana Cristina da Silva Jorge, Nuno Miguel Gaspar Marques Gonçalves, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, Marco Bruno Cardoso Branco de Freitas Góis, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues, José Manuel Cardoso Bucu, Maria Celeste Santos Oliveira Pires Duarte, Edmea Tereza Reis Silva, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, José Carlos Malheiro Leite, Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, David António Coutinho da Costa e Sousa, Maria Clara Oliveira e Nuno Miguel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

Pinto Loureiro, em substituição, respectivamente, de João Manuel M. Pinto Correia e Altino Ferreira Lopes. Presidentes de Junta de Freguesia (PJF) - Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Vila Nova da Barca e Álvaro Mota Cavaleiro, em substituição do PJF de Verride.-----

----- Executivo – Luís Manuel Barbosa Marques Leal (PCM), Pedro Manuel Monteiro Machado, Isabel de Jesus Maurício Quinteiro, Abel da Silva Oliveira Girão, Alexandra Margarida Góis Ferreira.-----

----- Ausências justificadas e com as substituições, anteriormente, referidas - João Manuel Major Pinto Correia, Altino Ferreira Lopes e PFJ de Verride.-----

----- **Ponto 1 - Período de Antes da Ordem do Dia** - O PMAM, Lídio Cristo, deu início à reunião, quando eram 15 h e informou que o Vereador Pedro Machado se encontrava, temporariamente, em substituição do Presidente da Câmara. Após dirigir as suas saudações a todos os presentes formulou votos de que a reunião fosse frutuosa de modo a defender os interesses da comunidade montemorense.· -----

----- O SMAM, Vitor Travassos, informou da diversa correspondência expedida e recebida, para além da que constava no documento, previamente, enviado, tendo salientado: a recepção de diversos postais de Boas Festas, de JF, de Organismos Oficiais, de Escolas e outros; dos ofícios da CMMV solicitando o agendamento de diversos pontos para a Sessão da AM; dos pedidos de substituição do PJF de Verride e dos Membros Altino Ferreira Lopes e João Manuel Major Pinto Correia; o envio de telegrama de condolências, em nome da AM, ao Dr. Sousa Alves, pelo falecimento de sua mãe. -----

----- Logo após, foi posta à discussão e votação a acta número 7, de 25 de Novembro do corrente ano, que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado:-----

----- Votos contra - 0;-----

----- Abstenções - 04;-----

----- Votos a favor – 27.-----

----- O Membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção neste período prende-se com uma questão relativa ao aspecto turístico do nosso Concelho que, como sabemos, não possui pontos de atracção suficientes para que se possa dar ao luxo de abandonar os poucos existentes. Para além do Castelo, o ex-libris do concelho, há outros pontos de atracção de iniciativa privada que têm sido votados ao abandono pelo actual Executivo e, também, pela JF de Montemor-o-Velho. Refiro-me concretamente ao “Europaradise” e relembro as palavras do PCM, Dr. Luis Leal, numa reunião realizada no dia 17 de Janeiro de 2003, com o proprietário deste “Zoo” - “a CM tem que ter razoabilidade e equilíbrio entre as capacidades de apoio e a legalidade processual para o poder fazer e, ao mesmo tempo, mantendo uma boa imagem para quem se acolhe apoiando os eventos que trazem valor, notoriedade, promoção e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

complementem lacunas existentes no Concelho”. Volvidos todos estes anos relembro que, por exemplo, na EN 111 não existem placas indicadoras do “Europaradise” em número suficiente, estando a única colocada pela Autarquia mesmo em cima da cortada para a Torre, no sentido Coimbra/ Figueira da Foz, e que facilmente passa despercebida a qualquer condutor. Existe uma outra, de dimensões diminutas, colocada pelo próprio proprietário em substituição de uma que foi retirada aquando da instalação da rotunda e que nunca foi recolocada. Estranha-se que o site da CM não faça qualquer alusão ao “Europaradise” e para além disso as condições de acesso ao mesmo estão muito confusas considerando que a estrada é algo perigosa e a sinalização rodoviária, também não é a melhor. Neste momento, o empreendimento vive momentos muito difíceis, estando mesmo em risco de se perder, até porque as intempéries, que nos últimos dias assolaram o nosso Concelho, destruíram parte dos caminhos que circundam os diversos pontos de passagem e o proprietário não tem quaisquer possibilidades de os refazer, devendo a CM e a JF dar o seu apoio. Nos últimos 8 anos o único apoio que a JF de Montemor deu foram 5 metros cúbicos de “tout-venant”, o que é, realmente, muito pouco. Lembro que a mesma JF oferece viagens aos idosos, para irem ver o Zoo a Lisboa, e aqui podia fazer o mesmo. Deixo um apelo ao Executivo da CMMV e a todos os Executivos das JF do Concelho para que não deixem morrer o “Europaradise”, podendo, uma vez por ano, pagar uma visita às crianças da sua freguesia colaborando, assim, para evitar o seu fecho”. -----

----- O Membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “A minha questão prende-se com uma intervenção que foi feita em Junho, pelo então Membro da AM, José Costa, que chamou a atenção para um semáforo da EN 111, nas Meãs, no sentido de Coimbra / Figueira, na faixa de acesso ao campo e que, há 4 meses, estava avariado. Foi, então, dito que a situação estava para ser resolvida, mas a verdade é que em Junho estava avariado e, hoje, continua na mesma, continuando a situação inalterável com prejuízos, logicamente, para quem circula naquela via. Gostaria de saber qual o ponto da situação e o que é que vai acontecer àquele semáforo”. -----

----- O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Sabemos que, na reunião do Executivo Camarário, foi colocada a questão acerca da forma como poderão ser entregues as documentações para as reuniões e, também, aqui para as reuniões da AM o PS não tem nada a obstar par que tal possa ser feita em suporte digital, pedindo, no entanto, que ao líder de cada Grupo seja disponibilizada uma cópia em papel, por motivos de operacionalidade. Aproveito o momento para perguntar qual o ponto de situação do Conselho Municipal de Juventude já que, em Fevereiro deste ano, foi promulgado na Assembleia da República a obrigatoriedade legal de todos os Municípios constituírem esse órgão e foi dado o prazo de 6 meses para a sua implementação. Como até esta data não foi apresentado esse tema a esta AM, o Grupo do PS supõe que o assunto não tenha tido qualquer evolução e, por isso, deixa este alerta, não só pela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

importância da participação cívica, associativa e política dos Jovens no dia-a-dia do Concelho, mas também pelo imperativo legal que foi criado”. -----

----- O Membro Margarida Carvalho (PS) pediu a palavra e disse: “Em tempo oportuno, foi referido, várias vezes, pelo PCM que o Nó da A17 seria uma realidade para o Concelho e ficaria situado entre a Abrunheira e o Moinho de Almocharife. Como até esta data não vislumbramos nada, remetendo, mais uma vez, a margem esquerda do Mondego para esquecimento, ficando as Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca mais uma vez lesadas, gostava de saber se já há alguma novidade sobre este assunto”. --

----- O Membro Nuno Gonçalves (PS) pediu a palavra e disse: “ Porque tenho o maior respeito por este Órgão e por todos os que o compõem, lamento que tenha faltado na última reunião, por motivos profissionais de última hora. Como é a primeira reunião com carácter ordinário pretendo dizer que podem esperar da minha parte empenho e trabalho e é imbuído nesse espírito que aqui estou. Gostaria de me reportar, ainda, há cerimónia da Tomada de Posse e, nomeadamente, ao discurso que o PCM proferiu já que foram ditas coisas com as quais não posso concordar e não podemos aceitar. Recusamos, veementemente, o rótulo que nos tentou colocar, quando falou que tinham ocorrido factos menos positivos na campanha autárquica, aos quais não nos vinculamos e tivemos oportunidade de o dizer às pessoas visadas nesses mesmos episódios. Desvinculámo-nos, claramente, de tudo o que aconteceu e, portanto, entendemos que essas questões ao serem colocadas numa cerimónia solene, num discurso que devia ser institucional, não foram de bom-tom, nem correcto. Repudiamos essa apologia político-partidária feita num discurso que devia ser institucional. Entendemos que há uma baliza e limites para o certo e para o errado, tendo que utilizado, exacerbadamente, a sua posição dominante num local onde não podíamos sequer responder e daí o meu protesto”. -----

----- O Vereador Pedro Machado, em substituição do PCM, pediu a palavra para prestar os esclarecimentos às questões colocadas: “Permitam-me 2 ou 3 notas para esclarecer as situações apresentadas. Começo, naturalmente, pelo Membro David Coutinho que trouxe aqui a questão da valência do sector do turismo para o Município de Montemor-o-Velho e, confesso, que estava à espera que tivesse ido mais longe. De facto, percebi que a sua preocupação tem, apenas, a ver com um dos pontos de interesse que temos no Município e que, de alguma forma, o projectam o promovem, mas que podem esgotar as potencialidades do Concelho. Em particular, permita-me que refira que não podemos ficar agarrados à ideia de que o turismo se poderia desenvolver com a simples colocação de placas indicadoras, “tout-venant” ou de “rails” de protecção. No essencial, há que saber distinguir o que é público do que é privado e essa definição tem de ser colocada em cima da mesa e a AM tem de ter isso em atenção e de que forma é que o público pode ou não intervir na esfera do sector privado. Isto tem a ver com o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28***

“Europaradise” que é, manifestamente, um empreendimento 100% privado. Este é um dossier que não é novo, transita do mandato de 1997/2001, e o Executivo liderado pelo Dr. Luis Leal teve a oportunidade e a vontade de o visitar, abrindo todas as portas possíveis para que o proprietário tivesse, dentro do leque da oferta dos investimentos e instrumentos legais, pernas para andar. Isto pressupõe, à partida, 2 questões práticas: até que ponto lhe foi dado, por este Município, apoio para que aquele fosse e continuasse a ser um empreendimento de interesse para o Município; será que o proprietário, enquanto representante do sector privado, recorreu, dentro da sua esfera de competências, aos tais instrumentos que a Lei prevê? É preciso dizer, em nome da honestidade moral sobre a matéria, que uma das partes não cumpriu esse papel e não conhecemos as razões pelas quais não levou por diante o que deveria ter feito. Este Executivo, liderado por este PCM, fez o que tinha a fazer, no tempo próprio. Lembro que foi esta CM, quando foi confrontada, com situações de carência, de sensibilidade e delicadeza do ponto de vista material, pelos quais aquele empreendimento estava a passar, que foi promotora junto das Câmaras Municipais do Distrito, no sentido de criar uma estratégia de sensibilização junto dos agrupamentos das escolas e, inclusive, a aquisição de bilhetes que foram distribuídos pelas escolas do Concelho. Relembro que foi, também, lançada uma campanha junto de diversas Instituições, nomeadamente ligadas ao turismo, incluindo marcação de reuniões e visita de técnicos para que aquele investimento pudesse ter uma solução diferente da que estava a ter. Agora o que é preciso dizer, e tendo presente o que foi feito, é que seria necessário muito mais do que uma simples invocação de que aquele é um espaço de interesse promocional do Concelho de Montemor-o-Velho. Era preciso que houvesse a assunção, clara, de que o modelo que temos em Portugal é diferente do modelo de outros Países, nomeadamente no financiamento ao sector privado e, no modelo português, não é possível haver financiamento directo a um empreendimento privado. Criaram-se condições, deram-se ajudas, levou-se a quem de direito, possibilitou-se que fossem feitas visitas técnicas, mas a verdade é que, como tudo na vida, ao privado o que é do privado, ao público o que é do público. -----

----- Sobre o referido acerca do semáforo avariado nas EN11, nas Meãs, o Vereador dos Investimentos Municipais tomou a devida nota e irá ser tida em conta a resolução da situação. -----

----- Quanto ao Nó da A17, subscrevo, na íntegra, a intervenção realizada e tenho prazer em propor à AM que a torne numa recomendação a enviar ao Secretário de Estado das Obras Públicas, porque é a pessoa indicada e responsável para responder. -----

----- Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude fui eu que assumi essa mesma responsabilidade e não vou querer dá-la de herança à Vereadora que assumiu essa competência e essa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

matéria no novo Executivo. Dar-lhe-ei o que julgo necessário para que possa cumprir a Lei e, com toda a certeza, isso acontecerá.-----

----- Quanto à situação que o Membro Nuno Gonçalves levantou, deixe-me dizer-lhe que, de facto, o jogo democrático é assim mesmo: se ao PCM coube o papel de fazer aquele discurso e ao PS ouvi-lo foi, precisamente, porque os Munícipes de Montemor-o-Velho quiseram que assim fosse”.-----

----- Posteriormente, foram dados 5 minutos para que fossem entregues à Mesa as Moções, Requerimentos, Propostas, Recomendações, ou seja, os documentos que os Membros deste Órgão entendessem por convenientes, tendo sido aceites:-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, "**Grupo de Teatro “O Celeiro” vence Concurso Nacional de Teatro Amador**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **01**.-----

----- O Membro Fernando Monteiro (CMS) pediu a palavra e disse: “Para além do voto natural do Grupo da Coligação, queria expressar o meu voto pessoal pelo brilhante desempenho do Grupo de Teatro “O Celeiro” porque tão brilhante resultado foi obtido num concurso nacional. Faço votos para que este prémio sirva de incentivo a todos os Grupos de Teatro concelhios e, também, à novel Vereadora da Cultura”.-----

----- Passou-se, de imediato, à votação da referida Moção, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Arazede, "**Comemoração do Centenário do Nascimento do Maestro Angelino Ferrão**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **02** e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Marco Góis, (PS), "**Moção de Pesar**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **03** e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Marco Góis, (PS), "**Moção de Pesar**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **04** e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Marco Góis, (PS), "**Moção de Felicitações**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **05** e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, "**2º Aniversário da Confraria da Doçaria Conventual de - Tentúgal**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **06** e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo SMAM, Manuel Portelinha, "**Felicitações à Cooperativa Agrícola do Bebedouro, pelas Comemorações do seu Quadragésimo Aniversário**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **07** e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, "**Motor Clube Cruzeirinho - Tentúgal**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **08** e que foi aprovada por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

----- **Moção** subscrita pelo Membro Filipe Carraco, (CMS), "**Felicitações à Secção de Pesca Desportiva do Clube Desportivo Carapinheirense**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **09** e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo SMAM, Vitor Travassos, "**Diversos**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **10** e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF da Ereira, "**25 anos de elevação de Ereira a Freguesia**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **11** e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo Membro Maria João Sobreiro, (CMS), "**Congratulação pelo CAR de Montemor-o-Velho receber os Campeonatos Europeus de Canoagem em 2012 e 2013**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **12** e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF da Carapinheira, "**Felicitações à EB 2, 3 Dr. José dos Santos Bessa, pelo 25º Aniversário**", conforme documento anexo à presente acta sob o número **13** e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Ponto 2 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro** - O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: "Acerca da Informação Escrita, apenas pretendo saber qual o ponto da situação das obras do CAR, considerando que na página 19, se refere que houve, por parte do Município, o apoio na visita dos técnicos da FISA para verificação do seu andamento. Apenas mais uma questão e que será uma daquelas coincidências que acontecem uma vez na vida: na página 20 refere-se o lançamento de 2 concursos, para sinalização rodoviária e para conservação e reparação de arruamentos em algumas povoações, e que têm precisamente o mesmo valor de 60.296 euros. Será assim ou há, na verdade, um erro nos montantes mencionados?" -----

----- O Vereador Pedro Machado referiu que, em relação à visita que foi conduzida pela Autarquia, e com os técnicos da FISA, está tudo em andamento normal e que se espera agora, por parte do Governo a assunção clara da responsabilidade, materializada no protocolo assinado em relação ao contrato de financiamento da 2ª fase do CAR, para que não se comprometam as provas do próximo Campeonato, a realizar em Setembro. Relativamente à questão apresentada sobre a coincidência de verbas, solicitou o apoio dos serviços responsáveis para esclarecimento cabal da situação. -----

----- Em tempo e com base no solicitado, a AM foi informada que o valor dos trabalhos referentes à empreitada da conservação a realizar na Freguesia de Santo Varão, deve ser corrigido para 131.052,50 €. ---

----- **Ponto 3 – Aprovar a Suspensão, sob proposta do Executivo, do Regulamento Municipal de Publicidade;** - O Membro Celeste Pires Duarte pediu a palavra e disse: "Quero dizer que a CDU, não só

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

aprova esta suspensão, como também pensa que tal deve alargado a outros regulamentos e a outros procedimentos. Todos estes processos e regulamentos nas Autarquias são bastante burocráticos e as pessoas têm uma dificuldade tremenda em tratar das coisas que necessitam. Perante esta situação e de acordo com o programa eleitoral da CDU, deixo aqui o desafio da criação de um gabinete de atendimento ao Município que sirva para fazer o rastreio dos assuntos que se pretendem tratar, encaminhar e ajudar. Fica lançado este desafio que não me parece que seja difícil de concretizar, necessitando, apenas de alguma sensibilidade e de boa vontade”.-----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “Em relação a esta questão pergunto: se for aprovada a suspensão deste regulamento, durante o período em que não for aprovado um novo, vigorará o vamos hoje suspender? Durante este período, como será dado andamento a processos que cheguem à autarquia? Sabendo nós que, durante o período em que vigorou este regulamento, foram aplicadas coimas a alguns Municípios, que tratamento lhes será dado? Como vão ser tratados os processos que, até este momento, foram entregues? Têm de voltar à estaca zero e elaborar todo um novo processo quando for aprovado o novo regulamento? Aproveitando esta questão, recorro a forma como foi feita a sua discussão no anterior mandato. Aproveito, ainda, as palavras do Vereador Pedro Machado que referiu que “o povo votou”, mas o PS também sabe ler os números e respeita muito a vontade dos votantes. Se que houve uma percentagem significativa que serviu para eleger a maioria, outra serviu, igualmente, para nos eleger a nós, e, assim, aproveito este momento para dizer que se não for por nós, pelas nossas opiniões, que seja pelos municípios que votaram em nós”. -----

----- O Membro Fernando Monteiro pediu a palavra e disse: “O Grupo da CMS concorda, inteiramente, com o pedido de suspensão e com a análise que é feita e que a consolida com a certeza de que o Executivo não deixará de apreciar, em local e no tempo próprio, todo o articulado de Leis que entroncam no regulamento municipal de publicidade e que, com certeza, o fará de uma forma ágil, simples e moderna”. --

----- O Vereador Pedro Machado pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “Relativamente à proposta da suspensão do regulamento municipal da publicidade, temos aquilo que é o espírito do exercício da função pública, neste caso Poder Local - os regulamentos, bem como as leis, devem servir as pessoas e não o contrário. Foi detectado que, em relação à aplicação do regulamento municipal de publicidade, existem alguns atrofiamientos e constrangimentos que, no caso concreto, tomam no todo uma parte e criam, deste modo, situações de perfeita claustrofobia em relação à emissão de licenças no mesmo Concelho, para situações diferentes. Estamos de acordo em que este regulamento deve, em primeira instância, servir bem os cidadãos, fazer com que a sua vida familiar, profissional e quotidiana seja facilitada e foi detectado um conjunto de pressupostos que foram tidos em conta na última reunião do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

Executivo e são, agora, submetidos à AM. O número de regras que existe à volta deste regulamento é exagerado e pouco flexíveis, atendendo à realidade do Concelho. Muitas delas são rígidas e não permitiam flexibilizar os processos no licenciamento e quem pedia uma licença nesta matéria estava confrontado com uma carga burocrática que não permitia em tempo útil, célere ter resposta. Havia, ainda, um conjunto de situações de ocupação da via pública que não eram tratados convenientemente e os serviços estão disponíveis, a partir deste momento para prestar os esclarecimentos adicionais, nomeadamente nas questões que foram levantadas no que toca ao período da suspensão e das coimas. Por outro lado, nos Centros Históricos o IGESPAR vem, ainda mais, agudizar e atrofiar aquilo que deveria ser um processo simples de licenciamento. A Autarquia, aproveitando o que decorre da Lei 53-3/2006 que obriga a que haja uma nova revisão das taxas e, até Abril, está prevista que sejam feitos todos os processos de revisão, sendo, posteriormente, apresentados ao Executivo e à AM. Voltando ao que disse o Membro Marco Góis, de facto, o jogo democrático tem estas vicissitudes: não respeitamos, apenas, a Maioria, mas temos um profundo respeito pelos eleitos das outras Forças Políticas. Sugiro-lhe que releia a Declaração de Voto do PS, apresentada na reunião do Executivo e relativamente à discussão do Orçamento e perceberá que não é o PSD/CDS que tira o passado aos Vereadores do PS, mas é exactamente o próprio PS que nega aquela que é sua história e a dos seus vereadores nos vários Executivos. Se o fizer perceberá que o PSD/CDS tem um profundo respeito por todos os eleitos o que não acontece com o seu Grupo, neste momento”.-----

----- O Director do Departamento do Ordenamento do Território (DOT) prestou alguns esclarecimentos, referindo que a suspensão significa que deixa de haver um regulamento de publicidade e que a publicidade será tratada como já era tratada pelo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, incluindo-se nas obras sujeitas a licenciamento todos, os cartazes e os dísticos não se registando nenhum vazio e continuando a haver regras gerais. Relativamente às contra-ordenações salientou que às que já transitaram aplica-se o regulamento que estava em vigor e essas decisões são válidas e as que estiverem em tramitação ficam suspensas, sendo os processos arquivados. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade, com o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- **Ponto 4 – Aprovar e emitir, sob proposta do Executivo, a Declaração de Utilidade Pública (DUP) da Expropriação dos Artigos Matriciais Rústicos nºs 4759 e 4758, da Freguesia de Arazede, destinados ao Pólo Logístico e Industrial de Arazede (PLIA)** - O Membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

“Unicamente para referir que o Grupo da CMS vai votar a favor da proposta apresentada, uma vez que se trata dum investimento estruturante na estratégia de desenvolvimento do Concelho e uma vez que não foi possível chegar a acordo com os proprietários destas parcelas”.-----

----- O Membro Marco Góis (PS) pediu a palavra e disse: “Em relação ao ponto quatro, o Grupo do PS nada tem a opor. No entanto, mais uma vez, gostava de saber qual o ponto de situação da obra, já que desde que foi iniciado o projecto existiram alguns ajustes, o que vai permitindo que o PLIA esteja sempre na ordem do dia. Parece que é uma coisa recente, mas já lá vão 6 anos, o que nos parece um pouco exagerado para a concretização de um investimento, importante para aquela zona. Face a esta situação temporal quero perguntar se, realmente, há um projecto final, se vão ser as últimas aquisições de terrenos, qual o motivo que leva a serem adquiridos estes lotes, se se vão lá estabelecer novas empresas ou se tal se vai estender por mais 4 anos, com eternos ajustes”.-----

----- O Vereador Pedro Machado pediu a palavra, dizendo: “Em relação a esta matéria comungo, obviamente, do espírito que está subjacente às intervenções dos dois Grupos. Realço, apenas, que o investimento global é na ordem dos 2.100 milhões euros e inscreve-se na plataforma logística, criada pelo Centrologis. Neste momento, o espaço possui pouco mais de 30 hectares e o que se prevê é que ele possa chegar aos 50 hectares”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade, com o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 33.-----

----- **Ponto 5 – Aprovar, sob proposta do Executivo, o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho para 2010** - O Membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “Face ao Quadro de Pessoal que nos foi fornecido existe uma alínea que refere o número de postos de trabalhos e dos contratos a termo. Pergunto: existem trabalhadores com vínculo a termo de resolutivo certo ou incerto na CMMV? Há quanto tempo vigoram? Chamo a atenção de que os contratos a termo resolutivo são excepcionais e apenas para colmatar necessidades temporárias. Acontece que, muitas das vezes, os trabalhadores andam aqui anos e anos com contratos sucessivos o que é ilegal. Dou como exemplo o caso do Presidente duma Câmara Municipal deste País, que foi condenado em Tribunal a pagar uma indemnização a um trabalhador que andava há 10 anos, a contrato. O Estado, por vezes, tem dualidade de critérios já que para os outros a lei tem um conceito diferente daquele que aplica aos seus funcionários. Nas empresas, se houver violação das renovações do contrato ou se forem ultrapassados os seus prazos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

máximos de duração, os trabalhadores entram no quadro por tempo indeterminado e na Função Pública nunca adquirem essa situação e os responsáveis dos Executivos são quem celebra os contratos. São responsáveis do ponto de vista civil, disciplinar e financeiro e se houver uma indemnização a pagar a um trabalhador que recorra aos Tribunais, por violação dos contratos de trabalho, é PCM ou o PJF que terá de pagar. A Lei nº 23 de 2004 e posteriores, referem, explicitamente, que não podem haver mais de 2 renovações com o máximo de 3 anos. Fica o alerta e agradece que me dessem resposta a estas perguntas”.

----- O Membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Apenas para assinalar uma vertente algo demagoga do Grupo da Oposição, certamente, por algum conhecimento de causa, eventualmente, com resultados práticos menos positivos. O que estamos a tratar está devidamente enquadrado com a Lei em vigor e como é do conhecimento desta AM a aprovação anual do Mapa de Pessoal desta CM, decorre da legislação em vigor devendo constar dele a cabimentação orçamental na rubrica com encargos com o pessoal, estando, também, prevista a resolução de algumas situações de contratos a termo”. -----

----- O Vereador Pedro Machado disse que, em relação às questões levantadas, elas não se aplicam nem se circunscrevem ao Município de Montemor-o-Velho pelo que a AM podia votar, sem qualquer reserva, a proposta de aprovação do Mapa de Pessoal para 2010. -----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade, com o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 0; -----

----- Votos a favor – 35. -----

----- **Ponto 6 – Aprovar, sob proposta do Executivo, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2010** - O Membro Cristina Jorge pediu a palavra e disse: “Em primeiro lugar congratulo-me pelo facto do Executivo ter tido o cuidado de enviar a documentação em suporte digital o que permite uma grande poupança de papel e de toner e o exemplo tem de começar, exactamente, nas Instituições Públicas. Ser mais ecológicos e preservar o ambiente, devem, também, ser algumas das nossas preocupações. Relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento gostaria de, nesta minha intervenção, me debruçar sobretudo sobre o sector da educação. Sabemos todos que é um sector em que não se vêem os resultados a médio e a curto prazo e que tem recebido da parte deste Executivo uma grande atenção e um grande apoio. Lembro, por exemplo, o que se passa com as refeições, os transportes nas localidades mais dispersas, o apoio e acompanhamento às escolas, as auxiliares da acção educativa no acompanhamento às crianças e em que, hoje em, dia o Poder Central não tem, nem quer investir e aí o Executivo tem tido uma atenção muito especial. Não podemos esquecer o esforço financeiro feito com as AEC's, que se encontrar a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

funcionar já a algum tempo, permitindo às crianças deste Concelho igualdade de acesso e de oportunidades com as de outros Concelhos. De facto, este Executivo continua a trabalhar no sentido de que as nossas crianças e os nossos jovens tenham a melhor formação que é possível. Por outro lado, não posso deixar de referir o esforço financeiro ligado à construção do Centro Educativo para que as crianças realmente tenham a melhor educação e tenham as mesmas condições físicas. Resta-me dizer que este Orçamento é de rigor, que exige desta Autarquia um grande esforço financeiro, comparado com o de grandes Autarquias do País, onde se denota um grande trabalho, uma grande dedicação e visão de futuro”.

----- O PJF de Gatões pediu a palavra e disse: “Queria congratular-me pelas obras de saneamento básico, que contemplam não só a Freguesia de Gatões, mas também as Freguesias do Seixo e Liceia e que ascendem a cerca de 4 milhões de euros e que vêm repor o tratamento e cuidado entre as diferentes Freguesias deste mesmo Concelho. Queria reconhecer que esta intervenção assenta num trabalho pensado, programado e executado de acordo com um programa rigoroso da responsabilidade deste Executivo e com grande esforço financeiro, provocado pelo atraso de reposta do QREN. Por tudo isso é de louvar o esforço feito pela Autarquia, sendo que a subvenção do Estado e os atrasos das candidaturas são o que são e têm atrasado o que têm atrasado. É bom que, quem tem uma proximidade política com quem governa possa, efectivamente, prestar um bom serviço ao Concelho. Para além da importância destas obras no que diz respeito à saúde pública e ao bem-estar das populações, queria manifestar o contentamento por ver as pequenas Freguesias serem alvo de obras deste carácter, contrariando a tendência de grandes investimentos nas grandes Freguesias”. -----

----- O Membro Celeste Pires Duarte pediu a palavra e disse: “Parece-nos ser o Orçamento com menor margem de erro dos últimos 8 anos, até porque com as obras a decorrer e com o seu financiamento não houve, desta vez, grande necessidade de inventar receitas. Será um ano, relativamente fácil para o Executivo e se houver engenho e capacidade na execução, 2010, pode ser o ano de maior execução orçamental de sempre desta Coligação. Estaremos cá para ver. No entanto, não conseguimos vislumbrar neste Orçamento grande empenho em promover o desenvolvimento das actividades económicas, nomeadamente, no que diz respeito aos Pólos Industriais, o que nos parece uma lacuna, uma vez que a necessidade de criar emprego é fundamental. Ao contrário da posição dos Vereadores do PS, achamos que a escada rolante pode ser um factor dinamizador importantíssimo, tal como outros pólos que podem trazer gente ao Concelho. Percebemos que as pessoas que vêm ao Castelo durante o ano, não entram na Vila pelo que e penso que isto pode ser um factor muito importante assim se saiba dinamiza. Muitos desses pólos como o Centro Náutico, o Castelo, o Parque Zoológico, a Pista de Pesca, a Gastronomia ou a Doçaria necessitam de um esforço de promoção integrado que chame gente. Algumas das Grandes Opções são

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

coincidentes com propostas eleitorais do programa da CDU e, por isso, não podemos deixar de estar de acordo com elas, mas tal não chega para votar a favor e daí a minha abstenção”.-----

----- O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse: “O Grupo do PS, realmente, não está tão optimista em relação ao índice de concretização deste Orçamento. Era bom que assim fosse, mas ninguém poderá ter a veleidade de esperar que seja concretizado um Orçamento de quase 45 milhões de euros. Compreendemos, perfeitamente, que as rubricas tenham que ser criadas, que os montantes tenham que ser previstos, porque pode-se prever aqui alguma receita extraordinária e tentar cabimentá-la e se, tecnicamente, não temos nada a apontar, não esquecemos que as Grandes Opções do Plano não são mais do que um manifesto de intenções. Nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento não há nada em que, realmente, o PS tenha alguma coisa a apontar, excepção feita, efectivamente, ao ascensor que ligará ao Castelo. Desta vez, concordo com o que disse o Vereador Pedro Machado, já que não é um acto isolado que vai fazer a promoção do turismo e não será um elevador que irá fazer a diferença, se não estiver enquadrado num projecto sério e articulado. Face ao que costuma ser a capacidade de execução que a CM consegue concretizar que se poderá iniciar, pelo menos, 3 grandes obras no próximo ano - a rede de saneamento básico, o Centro Educativo de Montemor e o CAR. Não acredito, mas corrijam-me se estiver errado, que todo o rol de investimento apresentado, perante os montantes que estão envolvidos, se possa concretizar e é partindo desse pressuposto que o PS vai ter votação igual àquela que os seus Vereadores já tiveram, ou seja vai-se abster. No projecto do CAR, ainda não é clara a forma como é que vai ser feita a sua ligação à Vila e ao resto do Concelho e nas Grandes Opções do Plano deveria estar reflectido, de que forma é que vamos conseguir capitalizar o afluxo de gente que por ali vai passar, para que todo o investimento feito possa trazer algum retorno para o Concelho. Também no turismo permitam-me dizer que não tem havido o investimento necessário e dou o exemplo de 2 estruturas que estão a necessitar de manutenção rápida - a Casa de Chá, no Castelo e o Parque de Merendas, em Montemor-o-Velho, que são património do Município e que se têm vindo a degradar, ano após ano. No que se refere à área do emprego, continuamos a ver e bem, o investimento no PLIA e no Parque Tecnológico de Montemor, mas para quando os resultados? Para quando criação de postos de emprego que possam combater o desemprego que há neste momento no concelho e que medidas estão pensadas para fixar população, em especial em algumas Freguesias. Há algumas, como por exemplo, Abrunheira, Vila Nova da Barca e Verride que neste momento estão a sofrer um envelhecimento muito grande, que não têm capacidade para fixar casais jovens, que não apresentam soluções ao nível da habitação, devido ao PDM, nem soluções ao nível do emprego. O PCM referiu, há algum tempo, a hipótese de criar micro pólos empresariais naquelas Freguesias, mas tal não está reflectido neste Orçamento e se é uma ideia que abandonou, qual é a solução para criar postos de trabalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

naquelas Freguesias. Ao nível do apoio social, no momento em que estamos num momento de crise internacional e nacional com reflexos quer se queira quer não no Concelho, lendo o GOP e lendo o que se vê é a inexistência dum plano de efectivo apoio social e de apoio efectivo às famílias mais carenciadas. Antes de terminar, permitam-me que registre uma preocupação: se somarmos os custos de manutenção do CAR com os da piscina de Montemor-o-Velho e de mais 2, uma para Arazede e outra para Pereira, anunciadas nas Opções, com o pagamento do empréstimo que foi contraído para o saneamento financeiro da Autarquia e não havendo qualquer investimento de carácter produtivo que permita aligeirar todos estes custos, qual a estratégia do Executivo para ainda termos capacidade de investimento no Concelho. Como é hábito o PS dará liberdade de voto aos PJF, como sempre tem sido feito ”. -----

----- O Membro Filipe Carraco pediu a palavra e disse: “Da parte da Coligação é uma honra poder aprovar este documento que traduz claramente uma estratégia consolidada de desenvolvimento do Concelho de Montemor-o-Velho, na continuidade das linhas estratégicas anteriores. Para quem está atento e, basta andar na rua, percebe que o que está aqui escrito não é uma declaração de intenções - trata-se de obras já lançadas, com financiamento aprovado, como é o caso da 2ª fase do CAR, do forte investimento no saneamento básico e no tratamento de águas residuais em 8 Freguesias do Concelho, do Centro Educativo de Montemor-o-Velho, da reabilitação urbana, no caso da Carapinheira, dos relvados sintéticos, do apoio ao Associativismo e às iniciativas que as JF realizam. Não esquecemos que próprios os Vereadores do PS reconheceram a abertura e o tempo que foi dado para prepararem, proporem alternativas e analisarem detalhadamente os documentos do Plano e Orçamento, mas essas alternativas não apareceram e, portanto, há alguma dissonância ao não concordarem e não terem alternativas para apresentar. Relativamente à não existência de investimento na área social, relembra que temos de considerar, não só o apoio directo, mas também o que se faz para proporcionar melhores condições de vida no dia-a-dia, o apoio directo às crianças que andam na escola, as iniciativas de carácter desportivo, que são investimentos indirectos que a CM vai fazendo enquadrados na área social, até porque a responsabilidade de libertar os meios financeiros às IPSS's para que possam desenvolver as suas actividades é competência do Governo. --- Obviamente que estamos numa época excepcional, em termos de investimento, digamos que a contraciclo, já que numa crise mundial, numa crise nacional, estamos a apresentar um orçamento de 45 milhões de euros em que cerca de 60% se traduzem em verbas para investimento. E isto acontece porque existe visão estratégica e desenvolvimento de projectos importantíssimos nas infra-estruturas básicas e da educação, na regeneração urbana, nos centros de investigação, nos pólos logísticos empresariais para a fixação de empresas e na criação de emprego que permitem ao Município candidatar-se aos diversos tipos de financiamento que existem no QREN. Voltamos a assinalar a falta de eficiência que se tem traduzido,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

desde o início, da aplicação do QREN que esperamos se venha a alterar com a alteração da tutela de gestão da égide do Ministro do Ambiente para o sector da economia. Fazemos votos para que, efectivamente, a eficiência destes programas melhore significativamente de modo a não comprometer o desenvolvimento do País, até para que não se repitam situações como as que vivemos, por exemplo, com as candidaturas, no âmbito do Ciclo Urbano da Água, para o saneamento básico e tratamento das águas residuais que tiveram de ser apresentadas até 31 de Agosto de 2008, para aprovação até 31 de Dezembro de 2008 e das quais ainda se aguardam decisões finais. Efectivamente, esta é uma situação preocupante e esperamos que se altere. Relativamente ao projecto do ascensor para o Castelo lembro que ele resulta de uma candidatura, já aprovada, em que o financiamento ronda os 55% e que, unicamente, se aplicava a Vilas ou Cidades, sedes de Concelho, com baixa densidade populacional e que se traduzissem em iniciativas com relevância efectiva numa alteração das dinâmicas existentes. Relativamente à questão do desemprego quem anda atento sabe ler os números que, trimestralmente, são apresentados pelo INE ou pela Comissão Europeia, e que rondam, neste momento, números superiores a 600 mil no País. Penso que esta é uma questão mais de estratégia macro económica do que, propriamente, local e, por isso, custa-me ver que, da parte do PS, existam dois pesos na análise da situação, quando no fundo vêm pedir resultados ao Executivo Municipal ignorando, por completo, o panorama nacional e a estratégia económica que tem vindo a ser seguida”. -----

----- O Membro Marco Góis pediu de novo a palavra e disse: “Penso que houve aqui algum equívoco porque eu falei precisamente nos 3 eixos que o Membro Filipe Carraco veio falar. Disse que eram aqueles que eu acreditava que iriam ser concretizados e se alguém me disser que vamos ter 45 milhões de euros de execução fico contente, mas tenho as minhas dúvidas. Gostaria muito que assim fosse e que, em 2011, quando tivermos o relatório de contas possa fazer “mea-culpa” e ainda bem. Quanto ao desemprego o que disse é que há 8 anos que andamos com um parque tecnológico e há 6 com o PLIA e, passado todo este tempo, ainda não há os resultados que seriam de esperar e que foram sendo anunciados como objectivos do Executivo em termos de criação de postos de emprego. Sobre o elevador, para mim e para o PS, isoladamente, não me parece que seja uma prioridade ou uma solução e eu não consigo ver nas GOP um projecto de implementação forte de turismo em ela lá esteja consubstanciado como um elemento fulcral. Em relação ao QREN, realmente ele não se concretizou e a culpa não é seguramente do Executivo, longe de mim dizer tal barbaridade, mas, como é óbvio, deveríamos chegar a esta altura com outra saúde financeira para podermos apostar forte e isso, realmente, eu não vejo”. -----

-----O vereador Pedro Machado, interveio para esclarecer algumas das questões, tendo salientado: “A aprovação do Plano e Orçamento não é um mero conjunto de intenções; tem subjacente a consolidação orçamental para poder executar e prever essas mesmas opções tomadas. E o PS não se abstém por acaso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

ou apenas por uma questão de pura política. A sua abstenção tem muito a ver com aquilo que o PS não pode querer correr o risco de cair nalgum esquizofrenismo, face à dialéctica da política nacional e ao que tem de fazer a nível local, sejamos claros. A vossa intenção de voto não é, apenas, uma questão de simpatia. Este Orçamento traduz 70,7% de execução física e financeira em relação ao ano de 2009 e o PS percebe e compreende na linguagem nova da função primeira do Poder Local. Lembro que, em tempos não muito distantes, nunca se conseguiu ultrapassar a taxa de execução física e financeira de 40% e nos 8 anos em que estive no Grupo da Oposição pude perceber de facto como era. Hoje compreendo muito melhor o vosso discurso que não passa de um conjunto de intenções, mas a realidade mostra que, actualmente, a linguagem é completamente diferente e que está demonstrada nos documentos que foram distribuídos.

Reafirmo que, nos mandatos do PS, nunca conseguimos ultrapassar os 40% de taxa de execução física e financeira e não estou a julgar pessoas, mas a falar de factos. Se o PS não quiser cair nesse esquizofrenismo local, em relação à conjuntura nacional, tem que perceber que o Governo, do mesmo partido, usa 3 chavões para implementar a sua política: emprego, educação / acção social e novas tecnologias. -----

Sobre a questão do emprego no Parque de Negócios e no PLIA não é há 8 anos que andamos a prometer, considerando que o primeiro parque empresarial estruturado, com condições de instalar e implementar as empresas que criam emprego, só viu a luz nas lideranças dos Executivos da Coligação e estamos em condições de dar a cara, pelo que já fizemos. Se o PSD e a Coligação nos 8 anos de exercício tem obra física, era bom que o PS caísse na tentação de apagar o que está para traz, porque o Parque de Negócios de Montemor-o-Velho teve de sofrer uma reformulação completa do projecto de arquitectura e de infra-estruturas, no primeiro Executivo liderado pelo Dr. Luís Leal de modo a estarmos, hoje, em condições de instalar empresas, algumas delas já a funcionar e outras em que foram neste lançadas as primeiras pedras pelo actual Primeiro-ministro. -----

-----Já aqui foi dito que a política de educação que temos implementado resulta de uma leitura radical do exercício das funções do Poder Local, por parte deste Executivo, assumindo, claramente, o modelo do desenhado pelo Governo. Não faz parte do nosso paradigma isolar o processo da acção social naquilo que é a consolidação de uma estratégia conjunta, porque combater a exclusão social faz-se, como já foi dito e bem, pelas bolsas de estudo, pelos auxílios económicos, pela implementação das actividades extracurriculares, pelos auxílios económicos e através da criação de emprego. É assim que ela se combate no modelo e no paradigma deste Executivo. Nós não isolamos, não criamos guetos para que, mais tarde, viremos para lá as atenções e tenhamos de andar com medidas correctivas, da qual não gostamos. Em relação às novas tecnologias são conhecidos os projectos apresentados nas GOP de 2010 e seguintes e já não são miragens. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

-----Neste momento há três pontos que pretendo realçar. Primeiro - em toda a nossa acção existe uma estratégia e, pela primeira vez, um tratamento igual, como nunca aconteceu, para com todos os elementos que compõem as forças activas do Poder Local – os executivos das Juntas de Freguesia. Não esqueço o tempo em que os PJF vinham, um a um, pedir aos Vereadores ou ao PCM se financiavam esta ou aquela obra, se lhe davam mais isto ou mais aquilo. Lembro-me, também que em 2001, no último ano do Executivo do PS, pela primeira vez, houve a ousadia de querer estabelecer uma relação contratual com os PJF atribuindo-se a cada uma entre 700 a 900 euros, já para não falar nas requisições de última hora; ponto dois - consolidação da estratégia e definição de eixos para a continuidade em relação a 2010 e seguintes; ponto três - respeito absoluto pelo exercício da função dos Autarcas do Poder Local, de todos os PJF e não é por acaso que dão liberdade de voto aos vossos representantes. Eles merecem confiança e eles têm, deste Executivo o apoio indispensável quando transfere mais de 600 mil euros para as JF. Os PFJ não estão a fazer nem mais nem menos do que aquilo que devem e o PS quando lhes dá liberdade de voto não os está a favorecer ou a passar um cheque em branco; está, pura e simplesmente a assumir e a partilhar da preocupação do Executivo em dar a todos os mesmos meios. E esta é uma nova visão de exercer o Poder Local, muito diferente daquilo que se fazia até aqui.-----

-----Do ponto de vista formal e técnico, ninguém levantou questões em relação ao documento apresentado e do ponto de vista das questões formais não vale a pena perder muito tempo. Relativamente às questões políticas existem algumas que vale a pena reforçar e até relembrar, independentemente da intenção de voto que o PS já declarou, há um conjunto de situações que nos merecem particular atenção. Em ao CAR é bom que o PS não caia mais nalgumas tentações pois todos sabemos que no fulgor das campanhas dizemos coisas de que, rapidamente, nos esquecemos. É bom lembrar que este PS foi aquele que, na campanha eleitoral, atacava o CAR e o empreendimento não pode passar de bestial a besta ou vice-versa, num curto espaço de tempo. O CAR que foi tão criticado e que já é um investimento de grande relevância para o Concelho e terá uma relevância estruturada e integrada, não pode merecer, no dia 28 de Dezembro de 2009, as preocupações do PS se é ou não é um investimento integrado. Não é hoje que deve ser posta em cima da mesa a preocupação se é ou não um investimento integrado, até porque o CAR é uma evolução significativa em relação ao antigo Centro Náutico. Se quisermos falar no Centro Náutico e eu fui um dos que o critiquei nos moldes em que ele foi apresentado e para o qual, em Fevereiro de 2002, tivemos de realizar um empréstimo para podermos solver dividas e lá estava, apenas, um buraco aberto. Sei bem do que estamos a falar e é estranho que os actuais Membros do PS, nesta AM, mostrem preocupações sobre termos ou não um Centro estruturado e integrado e esqueçam o que o ex-Presidente da CM, José Manuel Antunes, um dia disse, o que sofreu provavelmente e o que teve de suportar devido a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

um Governo que não lhe deu os meios, a garantia ou o financiamento para a Pista de Remo. Portanto, a história do Centro Náutico não é de hoje, nem fica a dever-se a este ou àquele Partido, já que o CAR, hoje, é uma mega estrutura que custará muito dinheiro ao Concelho e terá o apoio correspondente do Governo, já assumido, e que esperamos seja cumprido. Os tais 14,5 milhões que estão afectos àquela estrutura são muito dinheiro e as divergências connosco existem ao nível do CAR; em relação à área social já falámos; em relação ao ambiente o PS tem que ser claro, de possuir coerência de discurso, não pode, agora, dizer que gosta, aprecia e concorda e depois, que não gosta, não aprecia e discorda. Sobre outro ponto que é abordado na declaração de voto, vale a pena recordar que sobre o QREN e aqui não vale a pena escamotear responsabilidades, não há um cêntimo da contratualização que tenha sido pago e o programa começou no dia 1 de Janeiro de 2007, praticamente 3 anos volvidos. -----

----- O que está em jogo é, não só muito mais daquilo que, às vezes, pode parecer uma simples discussão dialéctica, mas também permite verificar o que nos une e o que divide, com sentimento de responsabilidade em relação a este documento, provavelmente, um dos mais importantes com que nos vamos confrontar na gestão do ano que aí vem. Vejamos alguns dados curiosos: o CAR engloba um investimento no valor 14,5 milhões de euros; o Ciclo Urbano da Água, 9,5 milhões; o Centro Educativo de Montemor, 2 milhões, o que significa que estamos a falar em 26 milhões de investimento. Quanto ao modelo de gestão do CAR, confiamos que o Município de Montemor não vai ter de suportar, nem custear aquilo que o Governo não quer dar a Montemor, estando, em cima da mesa, todas as opções viáveis. -----

----- O projecto da Casa de Chá é um projecto interessante, valorizado, galardoado e, até, premiado, mas é preciso perceber-se em que condições é que alguém pode tornar efectiva a rentabilidade do exercício da sua ocupação. Neste momento, está aberto concurso para a sua concessão, mas o que está previsto no caderno de encargos é uma malha apertadíssima e não permite que um cidadão qualquer faça o que lhe pareça ser o bem e a defesa do património onde está integrado, porque da forma como foi construído e não teve seguramente uma malha na altura nem um olhar crítico. Quanto ao ascensor vale a pena lembrar que estamos a falar num instrumento que pode, de facto, ser mais atractivo e mais competitivo para a utilização e fruição do património histórico que temos. O “Europaradise”, o pastel de Tentúgal ou a queijada de Pereira são doces conventuais de grande referência e que tem um potencial turístico enorme e económico, mas o ponto maior de atracção é o Castelo de Montemor, ninguém tem dúvidas sobre isso. A maioria dos milhares de visitantes que vêm a Montemor pára no Castelo. Entram pela Porta da Morte, saem e vão embora e nós podemos tentar fazer com que as pessoas que entram ou saiam por Montemor, e queiram visitar aquele património, tenham um factor que lhes permita um maior tempo de permanência criando, mesmo, factores de distração. Aquele investimento tem um financiamento específico a que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

outros parceiros, Guimarães, Óbidos, Portalegre e Montemor-o-Novo, por exemplo, também fizeram candidaturas semelhantes, porque estão imbuídos de uma visão em que acreditam que o futuro passa pelas novas economias e, neste caso, pelas economias da cultura. Se ouvirmos os comerciantes percebe o que os aflige, sabe que precisam de um estímulo, de factores que aumentem a atractividade em relação a Montemor de modo a aumentar as economias débeis dos dias de hoje. O ascensor, a marca Montemor, prevista no Orçamento para 2010, o arranjo do Largo da Feira e a Pousada da Juventude, fazem parte duma estratégia integrada, em que aquele meio de deslocação não surge por acaso. Bom será conseguirmos que as pessoas venham do CAR à Pousada da Juventude, passem pelo Largo da Feira e subam até ao Castelo.----

----- Quanto aos outros investimentos, é preciso perceber que, em pessoal, a CM tem 5 milhões de euros de despesa, em fornecimento de serviços mais 5 milhões, em serviço de dívida 2 milhões e em transferências 1,5 milhões e ficamos com 3,5 milhões de euros para outros investimentos. É preciso perceber que há uma lógica, uma estratégia que é nossa e, por isso, acho legítimo que o PS ou a CDU manifestem a sua intenção de voto pela abstenção, porque a proposta não é deles mas querem vê-la viabilizada. É preciso perceber que na nossa proposta existe lógica em relação à estratégia, aos investimentos prioritários e ao que nos parece ser a consolidação de um percurso político. -----

-----Falei-vos na estratégia da consolidação de um percurso político e não queria acabar o explanar um pouco mais. Confesso-vos que não tenho que o fazer, que o criticar já que é uma assunção clara do PS, mas parece que, numa declaração de voto em que o PS actual se demarca completamente de todos os Vereadores que já passaram por esta casa, não é de bom-tom, parece-me mesmo uma falta de respeito pela história do PS nesta casa. Permitam-me que lembre Pinto Correia, Emídio Fidalgo, Henrique Ramalheite, António Girão, Vitor Camarneiro e tantos outros. Digo-vos que, de facto, aprendi muito com todos aqueles que davam o melhor de si na discussão política desta mesma AM e em concreto em relação ao Plano e Orçamento que é daqueles documentos que dá gozo validar, mas isto não significa que o PS, do meu ponto de vista, tenha necessidade de se demarcar em relação a todos os Vereadores que exerceram aqui a sua função. Acho que prestam um bom serviço validando esta proposta do Plano e Orçamento da mesma forma que o fazem apoiando todos os projectos que os PJF colocaram na mesa do PCM. -----

----- Para terminar, penso que não tinham outra alternativa que fosse a abstenção, porque o próprio PS reconhece que o PCM deu, à semelhança do que tem vindo a fazer, desta vez com maior tempo, um espaço para a apresentação de propostas e, como em tudo na vida, ou se tem ou não se tem e, mais uma vez, o PS também não teve. Por tudo o que referi, esta proposta é, não só uma boa proposta, mas também um bom projecto político para o Concelho de Montemor-o-Velho”. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: -----

----- Votos contra – 0; -----

----- Abstenções – 14; -----

----- Votos a favor – 21. -----

----- **Ponto 7 – Autorizar, sob proposta do Executivo, a Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia para o ano de 2010** - O Membro Marco Góis pediu a palavra e disse:

“Em relação a este ponto e se os PJF não tiverem nada a opor, também não vai ser o Grupo do PS que o vai fazer. Consideramos que é um método de trabalho importante entre o Executivo Camarário e os PJF, iniciado no último ano do Poder do PS e que foi continuado, no nosso entender muito bem. Deixamos, no entanto, o alerta para a necessidade do cumprimento dos prazos da entrega do que é protocolado porque se tal não acontecer acabam por ser os PFJ a verem o seu trabalho desrespeitado”. -----

----- O Membro Filipe Carraco pediu a palavra e disse: “Relativamente a este assunto, é óbvio que, sendo uma das bandeiras que a partir de 2002 foi assumido por esta Maioria e que os próprios PJF do PS sempre referiram como uma das grandes vantagens para a execução das suas próprias estratégias, vamos votar a favor. Relembro que a questão dos eventuais atrasos foi levantada nesta AM, provavelmente por interesse eleitoralista, tendo sido reconhecido como consequência de algumas dificuldades de tesouraria, muita dela proveniente do atraso nas transferências do Estado Central e dos Fundos Comunitários e que a própria CMMV assumiu. É, no entanto, muito curioso que, algumas das pessoas que se queixavam dessa situação, tivessem chegado ao final do mandato com saldos de gestão de dezenas de milhares de euros, o que é bastante caricato. Ainda sobre este ponto, julgo toda a gente devia ser mais solidária e compreensiva - é tudo muito bonito quando reclamamos investimentos avultados, que se vejam em todas as Freguesias do Concelho, mas quando se trata de aprovar uma estratégia de investimento para o Concelho, as pessoas retraem-se, o que não acontece quando é para usufruir destas mesmas verbas para executar a sua estratégia em termos de Freguesia e, de imediato, viram a página e tudo é um mar de rosas. Relembro que este protocolo dá tratamento igual a todas as Freguesias do Concelho, em que a Maioria não põe de parte aquelas em que os seus Presidentes são do PS.”. -----

----- O PJF de Gatões pediu a palavra e disse: “Não quero corrigir ninguém, mas apenas lembrar um passado ainda recente. O que o Membro Marco Góis diz, sobre a implementação deste método de trabalho no último ano dos mandados do PS, não corresponde à verdade. O que houve foi um, simpático, acto avulso de fim de mandato, em que se distribuíram uns dinheiros a algumas JF, e de que a Assembleia de Freguesia de Gatões não teve qualquer conhecimento, o que não foi de bom-tom. Foi um acto tão avulso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

que não tinha estratégia nem compromisso por parte de quem o recebia de como o iria gastar, contrariamente ao que se passa hoje, em que se assume o dinheiro e a responsabilidade e não se agradece a ninguém e, por isso, não podemos andar aqui a brincar com coisas séria”. -----

----- O PFJ de Liceia pediu a palavra e disse: “Relativamente aos saldos dos PF, que haja o primeiro que diga que pressionei alguém ou pedi para me pagarem. Nós temos lá saldo mas é para uma obra que está para se fazer e que só não foi feita porque não tínhamos o projecto e se existe esse dinheiro é porque se soube poupar e não se gastou indevidamente”. -----

----- O Membro Marco Góis pediu, de novo, a palavra e disse: “Só para deixar um esclarecimento. Não é nenhuma brincadeira o que acabei de afirmar, pois é verdade que foi no último ano do mandato do então PCM, Dr. José Manuel Antunes, que algo se fez e a Lei, em vigor, não permitia que essa situação fosse feita. Julgo que não cometi nenhum erro quando afirmei que, no último ano do Executivo do PS, foram feitas, pela primeira vez, estas transferências e estes acordos. Se, realmente, a seguir houve melhoramentos da parte do actual Executivo, ainda bem, mas penso que não cometi nenhuma inverdade nem quis retirar nenhum mérito ao Executivo do PSD por continuar a fazer estes acordos”. -----

----- O PFJ de Montemor-o-Velho pediu a palavra e disse: “Tenho estado a ouvir com muita atenção, mas na realidade quero dizer, ao Marco Góis, que fui tesoureiro, no último mandato do PS na JF de Montemor-o-Velho, e se houve alguma transferência eu não tive conhecimento de nada”. -----

----- O SMAM, Manuel Portelinha, pediu a palavra e disse: “Se algumas discussões na altura existiam, em termos de vereação onde eu ocupava o lugar de Vereador da Oposição, era efectivamente sobre a forma desigual como o então PCM tratava as JF. Não só no primeiro, como também no segundo mandato, realizavam-se reuniões, não sei se mensais ou trimestrais, em que, por diversas vezes, era dito que, havia de haver mais transferência. O facto é que nas reuniões de Câmara nunca foi apresentada qualquer proposta, idêntica ou semelhante, de atribuição de subsídios equitativos a todas as JF. Essa situação iniciou-se, sem dúvida alguma, no mandato do Dr. Luís Leal”. -----

----- O PJF de Abrunheira pediu a palavra e disse: “Sobre esta questão dos PJF e do seu sentido de votação temos de considerar que tem de ser aceitável, senão não estávamos aqui a fazer nada, a CM decidia por si e aos PFJ nada dizia. Os PJF, eleitos pelo PS, nunca negaram a sua solidariedade institucional para com a CM, apesar de termos as nossas opções políticas, que podemos expressar nos sítios correctos e que é esta AM”. -----

----- O Membro Marco Góis pediu, de novo, o uso da palavra e disse: “Peço desculpa mas a informação que me foi entregue foi a que veiculei. Posso estar a cometer alguma inverdade, até porque estamos a falar de delegação de competências, que depois consubstanciam nos apoios e que, então, não eram permitidas”. -

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

----- O Senhor Vereador Pedro Machado pediu a palavra para prestar esclarecimentos às questões colocadas, dizendo: “Esta é, de facto, uma matéria muito séria e pese embora todos tenham manifestado a sua opinião com mais ou menos rigor, em relação à história do passado. Introduzir a delegação de competências e a transferência de meios financeiros e humanos para as JF foi, naturalmente, um acto arrojado e faz do Dr. Luis Leal, provavelmente, o primeiro que no exercício da sua função distorce o que está nos compêndios da política autárquica normal, porque deu e continua a dar a todos os PFJ, exactamente, o mesmo tratamento o que não é vulgar quando se têm várias forças políticas no exercício da função. Os PJF têm o que lhes é devido mais o que lhes é dado e há que chamar o nome às coisas - é dado por opção, pelo reconhecimento e por valorização do papel que eles exercem e este é o cerne da questão. Não vale a pena fazermos do Dr. José Manuel Antunes o mártir da questão - ele exerceu, provavelmente, como sabia e como podia. Grave era se, quem veio a seguir, tivesse o mesmo sentir em relação ao que é o exercício da política autárquica e não fizesse de maneira diferente e é por isso que o mérito lhe é reconhecido. Quanto à Lei das Transferências, meu caro Marco Góis, ela era não só a mesma, como permitia, por protocolo, que qualquer CM pudesse fazer para quem o entendesse e, aqui há que por o jogo em cima da mesa e que tem a ver com o poder discricionário do exercício de quem tinha esta função. Provavelmente, hoje, o Fernando Curto e o Carlos Alves estarão gratos com o que se passa, mas, em 2001, fizeram-se autênticas compras de passe em relação a alguns PJF e sabemos bem do que estamos a falar e sabemos quanto é que custou. Não será por acaso que a JF de Montemor e o seu tesoureiro não receberam um tostão, enquanto outro receberam 10 mil contos. Para manter a capacidade da candidatura àquelas JF as outras 12 nada receberam e, hoje, são credores desse dinheiro. Não sei se hoje se conseguiria repor a igualdade porque há duas JF que, nesse ano de 2001, beneficiaram mais do que as outras 12, todas juntas. Esta é que é a verdade e quem aprovava as contas, o relatório de actividades e a gestão sabe exactamente o que foi feito na altura e os tais 12 ainda PJF estão credores de uma boa parte, que se o PCM aceitar, nós fazemos no sentido de repor aquilo que eles não tiveram nessa altura”.-----

----- Não havendo mais intervenções, passou-se, de imediato, à votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade, com o seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0;-----

----- Abstenções – 0;-----

----- Votos a favor – 35.-----

----- **Ponto 8 – Eleição dos Representantes do Município de Montemor-o-Velho para a Assembleia Intermunicipal (AI) da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM) - O PMAM usou da**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28

palavra para referir que serão 5 os representantes a eleger, com base no método de Hondt e em que só votarão os Membros, directamente eleitos.-----

----- Foram apresentadas duas Lista, assim constituídas: Coligação “Montemor, Sempre” - Lista A - Lídio dos Santos Cristo, Ana Cristina da Silva Jorge, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Vitor Manuel Monteiro Travassos e Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo. -----

-----Partido Socialista - lista B - João Manuel Major Pinto Correia, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, David António da Costa Coutinho e Sousa, José Carlos Malheiro Leite e Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho.-----

-----Feita a votação, por escrutínio secreto, registou-se o seguinte resultado: Lista A – 12 votos; Lista B – 8 votos; Votos em Branco – 1. -----

-----Face aos resultados obtidos, e com base no método de Hondt, os representantes do Município de Montemor-o-Velho para a Assembleia Intermunicipal (AI) da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), serão os seguintes: Efectivos - Lídio dos Santos Cristo, Ana Cristina da Silva Jorge, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, João Manuel Pinto Correia, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge; Suplentes - Vitor Manuel Monteiro Travassos, Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, David António da Costa Coutinho e Sousa, José Carlos Malheiro Leite e Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho. -----

----- **Ponto 9 – Designação de um Presidente das Juntas de Freguesia para o Conselho Cinegético Municipal de Montemor-o-Velho** – A Coligação “Montemor Sempre”, apresentou como candidato o PJF de Meãs, Paulo Jorge Pinto Rama e o Partido Socialista apresentou o PJF de Vila Nova da Barca, Telmo Pinto da Graça. -----

----- Procedeu-se, de imediato, à votação, por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: -

----- PJF de Meãs - Paulo Jorge Pinto Rama – 21 (vinte e um);-----

----- PJF de Vila Nova da Barca, Telmo Pinto da Graça – 13 (treze); -----

----- Votos em branco – 1 (um). -----

----- Face ao resultado, o representante no Conselho Cinegético Municipal de Montemor-o-Velho será o PJF de Meãs, Paulo Jorge Pinto Rama. -----

----- **Ponto 10 – Designação de um representante das Juntas de Freguesia para o Núcleo Executivo da Rede Social** - A Coligação “Montemor, Sempre” apresentou como candidato o PJF de Pereira, António José Ferreira Rasteiro e o Partido Socialista o PJF de Liceia, Manuel Gomes Duque. -----

----- Procedeu-se, de imediato, à votação, por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: -

----- PJF de Pereira, António José Ferreira Rasteiro – 21 (vinte e um);-----

----- PJF de Liceia, Manuel Gomes Duque – 13 (treze); -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28***

----- Votos em branco – 1 (um).-----

----- Face ao resultado, o representante no Núcleo Executivo da Rede Social será o PJF de Pereira, António José Ferreira Rasteiro. -----

----- O PMAM perguntou se alguém se opunha a que as aprovações das deliberações fossem consideradas aprovadas, em minuta, para efeitos imediatos, o que aconteceu. -----

----- Logo após, de acordo com o Regimento da AM, em vigor, foi permitido que, no espaço da OT dedicado à intervenção do público, usasse da palavra o proprietário do “Europaradise”, Agostinho Pedro. “Com todo o respeito que me merece o Vereador Pedro Machado, digo-lhe que está errado porque no País há seis que têm o privilégio de ter Zoos e nas reuniões trimestrais que efectuamos falamos sobre a situação de cada e, praticamente, todos têm apoios das Câmaras. Na primeira reunião que tivemos, com o Dr. Paisana do Zoo, de Lisboa, em 1999, ele disse que o Dr. João Soares deu por várias fases 3 milhões de contos. Quando o Vereador Pedro Machado diz que o “Europaradise” é um projecto privado, não está totalmente correcto porque um parque zoológico é uma iniciativa privada com uma vertente pública, já que qualquer um lá pode entrar. Por outro lado, qualquer entidade pública que queira dar um apoio ao “Europaradise” pode-o fazer e este, sendo instituição, passará um recibo que deduz nos impostos. O Continente, a Makro ajudam-nos e nós passamos o recibo que é reconhecido pelo Estado como apoio, como se faz para outras pessoas. Pode não haver intenção de nos ajudar, mas dizer que não podem porque o “Europaradise” é privado está completamente errado. Tenho a certeza que a Oposição na CMMV, neste momento, não veria mal se houvesse uma ajuda a quem trouxe, até hoje, 770 mil visitantes a Montemor-o-Velho. Estávamos a pensar que podíamos anunciar um milhão de visitantes, o equivalente a 10% da população portuguesa, desde 1998, mas errei. Penso que, também, por culpa da Autarquia que, apesar de tudo o que tem feito ao longo destes últimos oito anos, não soube aproveitar as condições e no que toca ao turismo ficou muito aquém das expectativas, porque ainda há muita coisa que se podia fazer. Por exemplo, se houvesse uma ajuda que a Câmara quisesse dar ao “Europaradise” ela seria conhecida do grande público e, assim, a motivação de todos seria maior e a CMMV poderia aproveitar a sua revista para publicitar essa atitude e publicitar o Zoo. -----

----- Por outro lado, Montemor-o-Velho não tem alma turística e nós podíamos ajudar a encontrá-la. Montemor herdou o Castelo, que é um ponto muito importante que não passará, é uma coisa que herdaram. Nesta sala todos queremos o melhor para Montemor, mas uma coisa é certa: em 60 mil visitantes do “Europaradise”, apenas 10% virá comer aos restaurantes e 10% já é muito. Nós poderíamos oferecer, a 25 a 35%, a possibilidade de visitarem o Castelo e tenho, ainda, outra proposta para se pensar como é que vamos trazer turismo para Montemor. Há uma ideia que me tem atravessado o espírito, algo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2009, Dezembro, 28***

utópica, mas que não seria impossível de realizar e que passava por tornar o rio Mondego, navegável, desde a Figueira da Foz. Se conseguimos fazer uma pista de Alto Rendimento, penso que com menor valor de investimento e com apoios comunitários, seria possível. Para além disso, há um investidor disposto a construir um barco para 120 pessoas, que traria turistas na época de verão. Depois de atracar num mini-porto, os turistas seriam transportados em 2 ou 3 comboios que parariam no centro da Vila, no Castelo e “Europaradise”, todos os dias durante o período das férias. -----

-----Digo e repito que deviam ajudar mais o “Europaradise” a elevar-se, não esquecendo que o anterior executivo prometeu ajudar-nos na divulgação do espaço, o que não tem conseguido. Nunca foi feita essa divulgação e acho que nem tão pouco estamos no site das coisas mais importantes do Município. Nós poderíamos ser um chamariz para o turismo de Montemor. Quando residia em França sonhava com Portugal e via-o como a Califórnia da Europa com um potencial enorme, só que não o sabemos aproveitar. Temos o melhor clima, somos um povo receptivo e caloroso e temos que aproveitar essas vertentes que a natureza nos deu. No entanto, estou muito pessimista porque, em 12 anos, o “Europaradise”, praticamente, nunca teve a ajuda do Município, a não ser darem-nos uns metros de água e comprarem-nos, num momento de desespero, 500 entradas, o que podia ter sido melhor, porque as crianças do concelho são muitas mais. Penso que se pode fazer muito mais e podemos, sempre, ajudar – nos uns aos outros e sem represálias, sem mágoas”.-----

----- Não havendo mais nenhum pedido de intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 19 horas. E, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada nos termos da Lei.-----
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO,

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha,

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vitor Manuel Monteiro Travassos